

www.folhanacional.pt

Folha Nacional

de 08/10/2022 | Bissemanal | Ano 1

pela verdade

REVISÃO CONSTITUCIONAL

PRISÃO PERPÉTUA PARA MONSTROS E CASTRACÃO PARA PEDÓFILOS

Economia

TRIBUTAÇÃO ZERO PARA
OS SUBSÍDIOS DE FÉRIAS
E NATAL JÁ EM 2023

País

"ULTRAPASSÁMOS CRISE
COM DIGNIDADE GRAÇAS
A PASSOS COELHO"

Opinião

UMA
CONSTITUIÇÃO
A REVER
POR DIOGO PACHECO AMORIM



Sumário da Semana

Política Nacional

CASTRAÇÃO QUÍMICA DEFENDIDA APENAS PELO PARTIDO CHEGA

O presidente do CHEGA defendeu que este não é “o projeto ideal”, mas “foi o projeto possível”, numa referência às alterações que o partido fez para evitar a não admissão do projeto

- PÁGINA 6

Política Nacional

PIZARRO ‘CIENTE’ DA INCOMPATIBILIDADE DO SEU CARGO

Manuel Pizarro, disse estar “ciente” da incompatibilidade do seu cargo no Governo com a gestão de uma empresa na área da saúde, salientando já ter iniciado “o processo de dissolução da mesma”.

- PÁGINA 7

Economia

TRIBUTAÇÃO ZERO NO SUBSÍDIO DE NATAL JÁ EM 2023

O CHEGA vai apresentar como proposta de alteração ao OE 2023, que os subsídios de férias e de Natal estejam isentos de tributação

- PÁGINA 8

Economia

AFINAL NÃO É DESTA QUE A FROTA DA TAP SE RENOVA

A TAP recua na encomenda de uma nova frota de automóveis BMW de luxo para a administração e gestores, substituindo os atuais, da Peugeot.

- PÁGINA 9

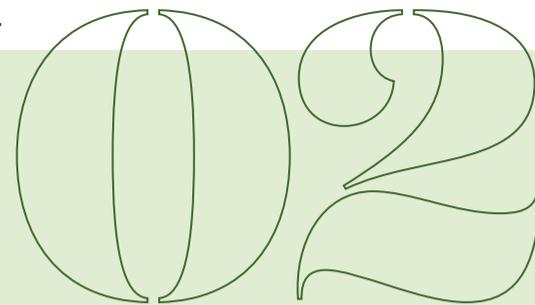
País

JUIZES FALHAM O PRAZO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS

A obrigação de apresentar a declaração de rendimentos não foi cumprida por 24 juizes, que já falharam duas datas para a entrega do documento, revelou o Conselho Superior da Magistratura.

- PÁGINA 13

Opinião



NOVO BANCO: O PESADELO COR-DE-ROSA

A recente auditoria do Tribunal de Contas, arrasou por completo a gestão do Novo Banco, tendo concluído que esta não salvaguardou o interesse público, por não ter sido otimizado (minimizado) o recurso a esse financiamento, tendo deixado igualmente fortes críticas à atuação do Governo, do Banco de Portugal e do Fundo de Resolução no período de vida do banco, incluindo desde a sua venda, em 2017.

A verdade é que a utilização do mecanismo de capital contingente foi desadequada, revelando a total incapacidade do Novo Banco em gerar com a sua atividade, níveis de capital adequados à cobertura dos seus riscos, não agindo com a prudência necessária para minimizar o recurso ao financia-

mento público através de uma gestão adequada, nomeadamente, através da correta avaliação e valorização dos ativos.

Adicionalmente, a gestão do Novo Banco tem falhado recorrentemente no reconhecimento de perdas por imparidades, com a realização da venda de ativos com claros prejuízos para o balanço do banco. Um exemplo flagrante prende-se com o facto de entre 2018 e 2019, o Novo Banco ter vendido ativos com desconto de 75% face ao valor nominal ou valor contabilístico bruto e de 33% face ao valor contabilístico líquido de imparidades. Ou seja, um imóvel avaliado em quinhentos mil euros foi vendido por cem mil euros, sendo que o valor da venda permitiu cobrir apenas 67% das provisões que o Banco constituiu para efeito. Estas operações são demonstrativas da clara falta de estratégia da equipa de Gestão do Novo Banco para uma redução eficiente de ativos através de vendas em carteira e uma completa irresponsabilidade na minimização das perdas/maximização do valor dos ativos.

Um fator que veio reforçar e dar mais consistência às minhas afirmações, prende-se com o facto de compradores do património imobiliário incluídos em duas carteiras, terem obtido mais-valias iguais ou superiores a 60% na revenda desses ativos, após o Novo Banco ter assumido perdas que viriam a ser cobertas pelo mecanismo de capital contingente do Estado.

Mas ainda há mais. O Tribunal de Contas nesta auditoria debruçou-se sobre os riscos de conflito de interesse, assim como de potenciais impedimentos e as práticas que,

sendo evitáveis pela gestão do Novo Banco, oneraram o financiamento público. As falhas de mercado por superar, designadamente o número limitado de concorrentes, as barreiras à entrada de novos atores de mercado, a falta de transparência na informação sobre a qualidade de ativos, as propostas recorrentes nos mercados de ativos não produtivos, o produto ou serviço idêntico e o nível reduzido ou nulo de alternativas, potenciaram e continuam a potenciar o risco de complacência e de esquemas de conluio. Esquemas de concorrência fictícia, em que as empresas compradoras combinavam propostas de compra e que em momentos distintos se apresentavam como adversárias ou parceiras de negócio, inundaram as operações de alienação de ativos.

O Novo Banco nasceu com garantias políticas de que não precisaria do dinheiro dos contribuintes, mas ao longo da sua vida, a injeção de dinheiros públicos nunca parou. Não tenho a certeza se os importantes contributos de Ricardo Salgado para financiar as campanhas eleitorais do PS e PSD foram decisivos no arrefecimento dos ânimos das entidades competentes para apuramento e imputação de responsabilidades por um dos maiores escândalos financeiros que se viveu e está a viver em Portugal na última década, mas tenho a certeza que só o CHEGA no governo poderá acordar Portugal deste autêntico pesadelo cor-de-rosa.

RUI AFONSO

DEPUTADO DO PARTIDO CHEGA



OS ANIMAIS MERECEM ESTAR NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

Todos os dias 4 de outubro, celebramos o Dia do Animal, o Dia do Médico Veterinário e o Dia de São Francisco de Assis, Santo Protetor dos Animais. O partido Chega festeja estas efemérides com toda a sua alma e com total adesão da sua matriz política.

Do nosso programa, temos de sublinhar particularmente a defesa dos bons costumes de bem-estar animal e também temos provas dadas dessa defesa. Não só nas dezenas de iniciativas legislativas já entregues como com o nosso desejo da introdução do tema na constituição da

república portuguesa. Se por um lado, ainda a semana passada entregámos um projecto de lei para o aumento das penas em crimes contra animais, por outro lado trazemos ao debate a questão de deverem os animais estar previstos na Constituição. Esta é a primordial questão que quero deixar no dia do animal! O actual texto da Constituição da República Portuguesa – a Lei Fundamental do Estado, não faz qualquer referência à protecção dos animais, nem mesmo quando se refere à protecção do ambiente e da natureza.

Os partidos estabelecidos do sistema defendem que os animais se integram no conceito de ambiente, mas nós pensamos que isso consubstancia uma interpretação bastante extensiva e, por isso, não é admissível. Se a constituição persegue uma dimensão humanista, não deveria conter uma abordagem própria ética e moral que obrigasse a determinados deveres para com os animais, para o modo como lidamos com estes, como tratamos e como cuidamos da criação? Claro que sim! Primeiro, porque se a constituição fizesse esta referência isto teria prevenido os recentes acórdãos sobre a inadmissibilidade da lei que criminaliza os maus-tratos animais. Depois, para proteger a nossa identidade cultural! A nossa identidade cultural, enquanto estado e nação, mistura-se com a nossa memória, com os nossos costumes e com a forma de vida dos portugueses. Mas mistura-se de forma indissociável,

também, com a vida dos animais, sejam eles animais estimação, animais de criação, animais de espécies cinegéticas ou animais simplesmente selvagens. Defendemos que tudo isto merecia estar consagrado na lei base da república.

Já sabemos que a legislação ordinária consagra a incumbência de proteção dos animais, tanto no Código Civil como no Código Penal. No entanto, a circunstância do texto constitucional nada dizer sobre a matéria enfraquece aquela legislação, como de resto as declarações de inconstitucionalidade por parte do Tribunal Constitucional ditaram.

Assim, no Dia do Animal, pergunto se se justifica que num novo século e num novo milénio, mesmo estes não sendo obviamente sujeitos-de-uma-vida, continuemos a desprezar os animais do ponto de vista jurídico, designadamente a nível jurídico-constitucional?

No Dia do Animal, afirmo com orgulho, que o partido Chega é o único que defende os animais de forma correcta e adequada, em respeito pela nossa cultura, querendo consagrar de uma vez por todas a protecção constitucional dos nossos animais, nas suas várias valências.

PEDRO DOS SANTOS FRAZÃO

DEPUTADO DO PARTIDO CHEGA



/// A VENDA DA SOLUÇÃO "BARRABÁS"

Ao fim de quase dois mil anos, infelizmente o povo parece continuar a querer escolher os "Barrabás" do mundo político.

Mas desta vez, ao contrário dos escritos bíblicos, alguém não lavou as mãos da decisão e, pelo contrário, até tem as mãos sujinhas, muito sujinhas. Falo naturalmente da vitória na primeira volta de Lula da Silva nas presidenciais brasileiras e a mais que parcial ajuda da comunicação social e das empresas de sondagens.

Foi simplesmente vergonhosa a atuação dos meios de comunicação, tanto no Brasil, assim como em Portugal.

Uma constante diabolização e perseguição ao candidato da Direita, Jair Bolsonaro, a contracenar muitas vezes com um "eudeusamento" do ex-presidiário Lula da Silva.

Em Portugal sabemos que os 15 milhões "doados" no início da pandemia, surtiriam neste efeito, enquanto o corte de benefícios por exemplo à TV Globo levaria a ataque sem precedentes ao candidato Bolsonaro.

E as empresas de sondagens??

Mais que vergonhosas também são as suas atuações. Algumas chegaram a dar uma diferença de 17 pontos, enquanto a sua maioria dava a vitória de Lula da Silva à primeira volta.

Isto sim são os verdadeiros perigos à democracia.

Que os brasileiros aprendam com esta lição e que não se deixem enganar, tendo agora uma segunda oportunidade para remediar o erro.

Dia 30 de Outubro os portugueses de bem, assim como os brasileiros de bem, estarão juntos lado a lado na esperança que o bem triunfe sobre o mal, e que o desenvolvimento económico e social do Brasil continue sob o comando de Bolsonaro.

NUNO PONTES

VICE-PRESIDENTE DA DISTRITAL POLÍTICA DO CHEGA - PORTO



/// A VIRAGEM QUE PORTUGAL NECESSITA SEGUIR

No passado Domingo, 25 de Setembro, os italianos foram às urnas. Perante os resultados, ficou claro que o povo de Itália já não acredita nos partidos tradicionais e anseia por algo diferente. Os eleitores não querem os velhos partidos do sistema para resolver os novos problemas com que se defrontam actualmente. O mote tinha sido dado pela Suécia há pouco tempo. A Itália seguiu o diapasão. O Brasil, neste momento, e perante os resultados de Domingo, 2 de Outubro, está suspenso. Em Portugal vai-se trabalhando, dia após dia, na construção de uma real alternativa governativa conservadora.

No caso italiano, o resultado eleitoral está decidido. Falta o mais difícil: concretizar a alternativa prometida ao eleitorado. Relativamente ao Brasil, está tudo em «aberto» e apenas se resolverá a 30 de Outubro. Mas analisemos, nas linhas seguintes, a fase da campanha da primeira volta brasileira. A eleição brasileira explica muito daquilo que se passa em Portugal e na Europa: o domínio do «sistema». No nosso País, e de acordo com as televisões nacionais, fica claro que a esquerda, nas sondagens, continua a ganhar sempre com maiorias absolutas! São as sondagens, os comentadores, os entrevistados e os alinhamentos noticiosos que o garantem. Todos

garantiam a vitória de Lula da Silva à primeira volta. Nem poderia ser de outra forma. Entre um «estadista» do calibre de Lula e um «burgesso» como Bolsonaro o Povo brasileiro nem sequer hesitaria. Aliás, para esta rapaziada, nem sequer se justificava realizar eleições. Já tinha sido assim com o PS de A. Costa, em 2015; com Vasco Cordeiro, nos Açores, com Fernando Medina, em Lisboa... Estes dias era Lula da Silva que venc(eria) no Brasil e resolv(eria) tudo no «primeiro turno» com uma diferença superior a 15% perante um Bolsonaro humilhado e arrasado.

Aqui chegados, não é novidade para ninguém dizer-se que as esquerdas dominam a esmagadora maioria dos meios de comunicação social e criam o ambiente para as «dinâmicas de vitória» de quem lhes interessa! Tem sido assim ao longo de décadas e ninguém se responsabiliza pela manipulação do eleitorado. Ainda relativamente ao Brasil, repare-se que na Câmara dos Deputados e no Senado o movimento político de Bolsonaro venceu. Contudo, para Presidente, parece que não vence(rá). O que não deixa de ser curioso! Temo que isto comece a ser muito mais do que mera manipulação de sondagens e da opinião pública e que talvez um dia se perceba tudo na sua plenitude.

Mas continuemos. Após a vitória de Lula nas sondagens e nas televisões, sempre com larga maioria, Bolsonaro e seus apoiantes terão um «segundo turno» em que quem decidirá será o eleitorado.

Confrontados com esta «novidade» do «segundo turno», os próximos tempos serão duros, muito duros. E já se vislumbra o teor da campanha para o próximo e decisivo mês de campanha! O comentariado e as televisões não facilitarão e o mote está lançado desde Domingo à noite.

Perante estes dados, e olhando para o caso Português, percebe-se que a grande mudança está ao alcance de quem acredita, de facto, numa alteração de paradigma. A

vitória de Giorgia Meloni, nas eleições italianas, enche(u) os conservadores portugueses de alegria e de esperança. Relativamente ao Brasil, percebe-se que há mais um combate pela frente. Afinal, os conservadores, os de cá e os de lá, já estão habituados a combates difíceis. A combates que se vão vencendo, aos poucos e poucos, com muita garra e perseverança. Com avanços e recuos, é certo. Mas sempre com foco no essencial: livrar os povos do(s) socialismo(s).

Há uma certeza: as populações estão fartas do contrato social que lhes é imposto há décadas e cansadas do processo de desconstrução moral a que têm sido sujeitas pela narrativa do «politicamente correcto». No caso nacional, o Dr. Costa, por exemplo, e para os mais distraídos, não está a governar - nunca esteve - mas apenas a baralhar e a «colonizar» o Estado e a sociedade; numa espécie de «venezuelização em curso». A família socialista já o tinha tentado com Mário Soares, António Guterres e José Sócrates. A falta de dinheiro nos cofres do Estado acabou por destruir esses projectos. Costa, nos dias de hoje, segue o modelo dos seus pais ideológicos. Se Costa tiver sucesso, fica uma certeza: o empobrecimento nacional será uma garantia e a «venezuelização» uma realidade.

Posto isto, olhemos para a Itália e para o Brasil conservadores com esperança e sem temor. Já não se trata apenas de uma mudança de «ciclo alternativo», mas de construção de algo novo. Que estas oportunidades, com as devidas idiossincrasias de cada um dos países, sejam devidamente aproveitadas e não se defraudem as legítimas aspirações do eleitorado. Afinal, não h(aver)á uma segunda oportunidade para causar uma primeira boa impressão.

JOSÉ DE CARVALHO
HISTORIADOR

REVISÃO CONSTITUCIONAL

PRISÃO PERPÉTUA PARA MONSTROS E CASTRAÇÃO PARA PEDÓFILOS

O CHEGA deu esta semana entrada no parlamento da sua proposta de revisão constitucional, assente em quatro grandes eixos, pretendendo com isso alterar uma constituição datada e esgotada enquanto modelo e que não é hoje capaz de responder ao que Portugal necessita para que se possa colocar ao nível dos melhores países do mundo.

O primeiro eixo desta revisão passa por uma limpeza ideológica da Constituição, pretendendo acabar com expressões como "fascismo" e "caminho para o socialismo", o que, na ótica do CHEGA "continua a manter vivos resquícios significativos dos combates ideológicos dos anos 60 e 70, em Portugal, especialmente a linguagem política e dogmática do período revolucionário, o que já não se mostra adequado".

Outro vetor passa por adotar um sistema firme de direitos, liberdades e garantias, mas que não impeça a necessária reforma na justiça, sobretudo a justiça criminal. Ou seja, prevê-se nesta revisão a aplicação da prisão perpétua e a aplicação de penas de castração química para a prevenção de crimes de natureza sexual como a pedofilia. Por outro lado, as propostas do CHEGA neste âmbito visam, precisamente, garantir direitos constitucionalmente consagrados como o direito à vida, à segurança e à integridade física.

O terceiro eixo passa por adotar um novo modelo económico, mais aberto aos privados, optando por exemplo, por sistemas mistos na área da educação e da saúde, dando liberdade às pessoas para escolher entre o público e o privado e uma justiça virada para as pessoas e empresas.

As alterações na área da educação preten-

dem vincar que todo o ensino tem uma função de interesse público, seja ele público, privado ou cooperativo, não cabendo por isso ao Estado fazer qualquer distinção entre os vários tipos de ensino ou alunos.

Na área da saúde o CHEGA entende que é ao Estado que compete proporcionar aos cidadãos o melhor acesso possível aos cuidados de saúde, em tempo útil e aceitável de acordo com as suas condições de saúde, não interessando se o prestador é público, privado ou social.

O último eixo prende-se com a reforma do poder político, reduzindo a sua dimensão institucional e burocrática, reduzindo o número de deputados para um máximo de 180 deputados, revendo os círculos eleitorais, instituindo o voto obrigatório e alargando o uso do referendo vinculativo a mais matérias. Adicionalmente, pretende assegurar a independência dos tribunais, dos órgãos de investigação criminal e das entidades reguladoras face ao poder político, independentemente das maiorias conjunturais.

Ou seja, esta alteração tem como objetivo reduzir ao máximo a capacidade de influência política em instituições que devem ser imparciais e objetivas, nomeadamente a Procuradoria-Geral da República ou os tribunais superiores, garantindo que a sua missão e prerrogativas não são nem podem ser limitadas ou restringidas pelo poder executivo ou por qualquer poder político ou partidário, não obstante as necessárias garantias de equilíbrio de todos os poderes. No caso do Procuradoria-Geral da República, este passa a ser nomeado pelo Presidente da República.

05

Manchete

PSD PROMETEU MAS NÃO CUMPRIU E O CHEGA AVANÇA COM A REVISÃO CONSTITUCIONAL

O presidente do CHEGA espera que, pelo menos algumas das propostas que constam da sua revisão constitucional, sejam acompanhadas por mais partidos. Na conferência de imprensa de apresentação da proposta, Ventura referiu que "ficou a aguardar aquilo que o PSD tinha prometido, fazer uma reforma aprofundada da Constituição", mas como os sociais-democratas não a apresentaram, o CHEGA "decidiu dar o pontapé de saída".

A diminuição de deputados, o voto obrigatório ou a introdução da prisão perpétua seriam alguns dos temas onde poderia haver consen-

so e que seriam considerados por André Ventura como uma "vitória mínima" alcançar "consensos à direita", referindo mesmo que "algumas destas propostas foram faladas por alto" com o líder do PSD e acrescentou que "da parte de Luís Montenegro não houve nenhuma garantia de apoio nem de reprovação".

O líder do CHEGA indicou ainda que irá enviar pessoalmente "todo o projeto para o líder do PSD" para terem "uma conversa produtiva" e os deputados dos dois partidos "possam entrar em contacto e trabalhar sobre eventuais propostas de mudança que o PSD queira fazer

ou que queira avançar até em matéria de revisão constitucional".

"A vitória boa era conseguirmos mudança de algumas coisas com o consenso do PS", afirmou, considerando que "a vitória mínima é garantir que à direita se começam a traçar caminhos de convergência" que "permita começar a vislumbrar uma alternativa política em 2026".

André Ventura apontou que "a vantagem desta revisão constitucional é poder pôr à mesa posições diferentes entre liberais, conservadores, sociais-democratas" e olharem para aquilo que os divide ou aquilo que os "pode unir".

Por muito que a Esquerda acuse o CHEGA de não respeitar esta Constituição, o partido respeita-a, pois que implicitamente a aceita a partir do momento em que deposita os seus estatutos no Tribunal Constitucional e é legalizado à luz desta Constituição. Ou seja, o partido aceitou as regras do jogo e cumpre-as escrupulosamente.

E, contudo, todo o processo político que antecede a aprovação desta Constituição acaba por ferir, gravemente, a sua legitimidade democrática.

Desde logo, a ilegalização do partido Liberal e do Partido do Progresso na sequência da intentona do dia 28 de Setembro. A ala comunista do MFA aproveitou os acontecimentos desse dia para extinguir esses dois partidos e perseguir os seus dirigentes. O Partido do Progresso tinha implantação nacional e agregava quase todo o potencial eleitoral de Direita. Ou seja: nem todos os partidos puderam concorrer às eleições para a Assembleia Constituinte e, desde logo não o puderam fazer os únicos partidos claramente de Direita. Sinteticamente, isto representou um primeiro filtro esquerdista ao tipo de partidos que elaboraram e

votaram a Constituição, logo uma primeira brecha na sua legitimidade democrática, uma vez que muitos portugueses se não encontravam representados nesses partidos que a elaboraram e votaram.

Mas existiu um segundo filtro, a 1ª Plataforma de Acordo Constitucional, também conhecida por Pacto MFA - Partidos. O jornal Expresso, em artigo feito na altura, deixa bem claro qual o objectivo último desse acordo: O povo é soberano, mas nem sempre. Uma boa chave para perceber a razão de ser deste Pacto pode ser extraída de declarações do almirante Rosa Coutinho à agência ANI (reiterando, de resto, linhas de força que já declarara ao jornal francês Libération). Rosa Coutinho, um dos mais proeminentes elementos do Conselho da Revolução, destaca a importância da plataforma assinada entre o MFA e os seis partidos políticos. "Foram fixadas as bases que o MFA considera indispensáveis para que se possa iniciar em Portugal uma consulta popular eleitoral sem que o Movimento possa perder - pelos resultados acidentais de uma consulta eleitoralista feita a um povo pouco esclarecido - o seu

papel de motor do processo revolucionário", diz. Sintetizando: os partidos apenas poderiam concorrer caso aceitassem as guide lines dadas pelo MFA, um movimento que ninguém elegera.

Temos, assim, três filtros sucessivos: primeiro filtro, não puderam concorrer partidos de Direita abusivamente ilegalizados pela Esquerda. Segundo filtro, obrigatoriedade de a Constituição obedecer a certos parâmetros impostos por uma entidade que ninguém elegera. Terceiro filtro, apenas puderam concorrer os partidos que assinaram esse acordo. Vários ficaram de fora, nomeadamente o PPM. Tudo isto agravado pelo ambiente de pressão revolucionária que varria as ruas.

Uma Constituição elaborada e votada com estes limites só poderia dar origem a um regime claramente enviesado à Esquerda, o qual tem sido o nosso.

Urge, assim, uma revisão profunda desta Constituição, que reequilibre o regime e lhe outorgue uma plena legitimidade democrática. A essa tarefa meteu o CHEGA os ombros.

Esperemos não o estar a fazer em vão!



UMA CONSTITUIÇÃO A REVER

**DIOGO PACHECO
DE AMORIM**

DEPUTADO DO PARTIDO CHEGA



CHEGA É O ÚNICO PARTIDO A DEFENDER A CASTRAÇÃO QUÍMICA DE PEDÓFILOS

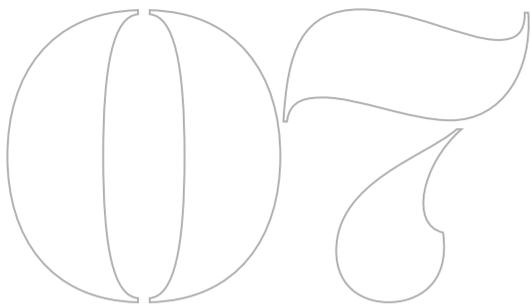
O CHEGA viu esta sexta-feira rejeitado o seu projeto para a introdução da castração química como pena para crimes de violação e abuso sexual de crianças, com votos contra das restantes bancadas, que defenderam a inconstitucionalidade da medida.

Na abertura do debate, o presidente do CHEGA defendeu que este não é "o projeto ideal", mas "foi o projeto possível", numa referência às alterações que o partido fez para evitar a não admissão do projeto de lei, nomeadamente quanto ao acordo do arguido e a não aplicação da pena quando constituísse perigo para a sua vida.

Já no final do debate, depois de ouvir as críticas dos vários partidos, André Ventura acusou os vários deputados que intervieram no debate de preferirem "arranjar argumentos para estar ao lado dos agressores e não das vítimas".

E defendeu que "quando os portugueses virem o que se passou hoje nesta casa, **vão saber que há um único partido que está ao lado das vítimas e daqueles que sofrem. Vão saber que todos os outros preferem blocos de notas da história ao coração e o corpo das vítimas e dos portugueses. Vão saber que há os que lutam pela justiça e os que tentam encobrir todos aqueles que cometem estes crimes.**" Acrescentou ainda que "quem tem pedir hoje desculpas é o parlamento, por falhas às vítimas de violações e de abusos sexuais."

por Agência Lusa



MARCELO PERMITE "ERROS E EXCESSOS" DO GOVERNO, ACUSA VENTURA

O líder do CHEGA considerou, na quarta-feira, que faltou uma "certa autocrítica" na mensagem do 05 de Outubro do Presidente da República por "permitir consecutivos erros e excessos" por parte do Governo do PS.

"Há uma certa autocrítica que o Presidente da República devia ter feito e não fez nessa matéria, porque, também ele, enquanto Presidente da República e, portanto, garante do funcionamento das instituições democráticas, teria de ter controlado e contido alguns abusos e excessos do Governo e não o tem feito", afirmou André Ventura à Lusa sobre o discurso de Marcelo Rebelo de Sousa na sessão solene do 112º aniversário da implantação da República.

O presidente do CHEGA disse que "é verdade" que a oposição tem de fazer o seu trabalho, como referiu o Chefe de Estado na sua mensagem, mas considerou que também este "tem falhado e permitido consecutivos erros governamentais".

"Na nossa perspetiva fica claro e evidente que há noção de todos os agentes políticos, inclusive o Presidente da República, que o Governo está a entrar numa espiral de cada vez mais descontrolo, mas agora conter esse descontrolo cabe não só à oposição, mas também ao Presidente da República", sustentou.

Na opinião de Ventura, todos têm de fazer esse reconhecimento crítico, ver onde têm falhado e melhorar o que houver a melhorar. Na sua intervenção, o Presidente da República recuou ao Portugal de há cem anos, também a sofrer os efeitos de uma pandemia e da guerra, para alertar para o perigo das ditaduras e pedir avanços na democracia, onde considerou que "existe caminho para todos".

por Agência Lusa



PIZARRO ESTÁ "CIENTE" DA INCOMPATIBILIDADE PARA EXERCER FUNÇÕES

O ministro da Saúde, Manuel Pizarro, disse, segunda-feira, estar "ciente" da incompatibilidade do seu cargo no Governo com a gestão de uma empresa na área da saúde, salientando já ter iniciado "o processo de dissolução da mesma".

"Ciente de que o exercício de funções como ministro é incompatível com a integração em corpos sociais de pessoas coletivas de fins lucrativos, Manuel Pizarro, sócio-gerente da empresa "Manuel Pizarro - Consultadoria, Lda", iniciou o processo de dissolução da mesma, processo que não se encontra ainda concluído

por ser necessário proceder à venda de um ativo da empresa, um imóvel de 38 m2 [metros quadrados], localizado no Porto", lê-se num comunicado enviado às redações. De acordo com o Ministério da Saúde, a escritura está agendada para "os primeiros dias de outubro".

"O Ministro da Saúde apresentará a declaração única de rendimentos, património, interesses, incompatibilidades e impedimentos dentro do prazo previsto, até 60 dias após a tomada de posse", acrescenta. A posição de Manuel Pizarro surge após a TVI ter denunciado o caso numa reportagem.



por Agência Lusa

CHEGA QUER SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL ISENTOS DE TRIBUTAÇÃO

O Presidente do CHEGA disse, na quinta-feira, que o partido vai propor que o apoio de 125 euros previsto pelo Governo seja prolongado durante todos os meses do próximo ano e que esteja isento de tributação, tal como os subsídios de férias e de Natal de 2023.

"Propomos que esses 125 euros não fiquem confinados a um mês, mas sejam alargados ao próximo ano todo e que, se o Governo aceitar -- não sabemos ainda se vai ou não, tem havido sinais contraditórios -- mantenha a não tributação deste valor", explicou André Ventura numa conferência de imprensa realizada na Assembleia da República.

O presidente do CHEGA acrescentou que o partido vai apresentar como proposta de alteração ao Orçamento do Estado para 2023, que apenas vai ser conhecido na segunda-feira, que os subsídios de férias e de Natal estejam isentos de tributação, assim como uma atualização dos escalões do IRS que não seja "uma mexida profunda", pelas implicações que teria no Produto Interno Bruto.

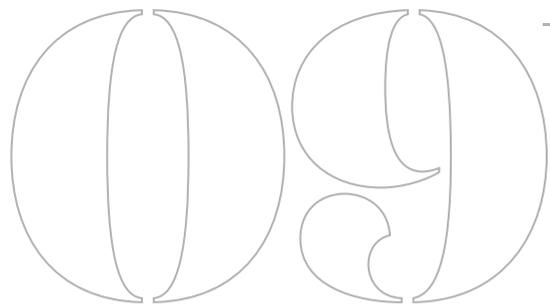
Ventura não concretizou a proposta de atualização dos escalões do IRS, mas defendeu que "haja neutralidade fiscal" e que os aumentos salariais do próximo ano "não sejam engolidos pela carga fiscal".

As duas propostas, continuou, vão possibilitar uma "atribuição mais direta de dinheiro às famílias", por não haver tributação dos subsídios de Natal e férias, enquanto a atualização dos escalões, que "tem um nível de impacto orçamental menor do que uma total reforma", acaba por ser, na opinião do líder do CHEGA, "mais direta em termos de atribuir rendimento".

No entanto, advertiu, o executivo liderado pelo socialista António Costa "tem de fazer um profundo investimento na atualização fiscal". O CHEGA também vai apresentar uma proposta para redução do valor a pagar nas portagens, em especial no Algarve, e outra para isenção de IVA para os bens essenciais, visando mitigar os efeitos da inflação.

por Agência Lusa

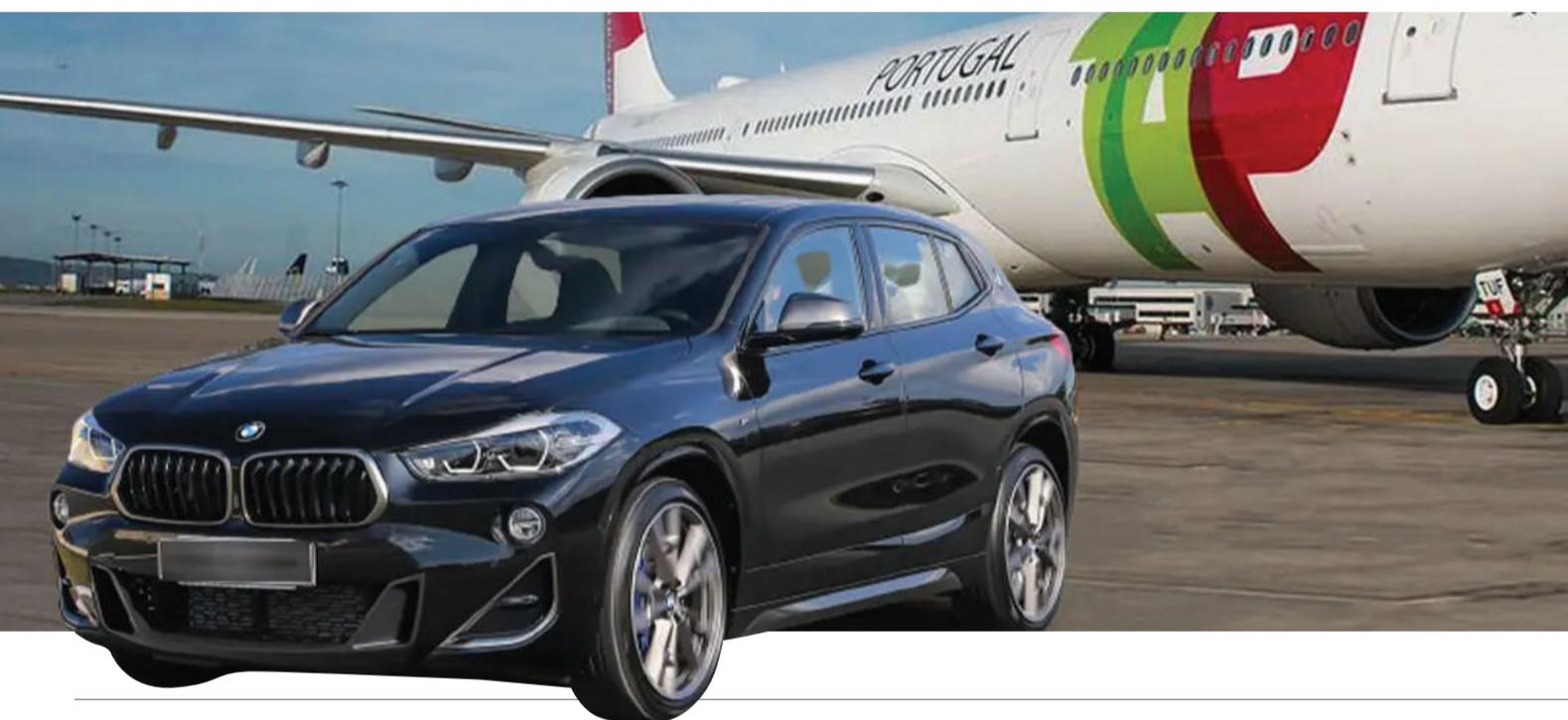




OPS!



TAP RECUA NA COMPRA DOS BMW (POR AGORA)



A Comissão Executiva da TAP informou em comunicado, na quinta-feira, que vai procurar manter a atual frota automóvel pelo período máximo de um ano, por compreender o “sentimento geral dos portugueses”, após polémica sobre carros de luxo.

“A Comissão Executiva da TAP compreende o sentimento geral dos portugueses e, apesar da decisão que tomou quanto à frota automóvel ser a menos onerosa para a Companhia nas atuais condições de mercado, a TAP procurará manter a atual frota durante um período máximo de um ano, enquanto reavalia a política de mobilidade da empresa”, lê-se na nota enviada à comunicação social”.

Em causa, recorde-se, está a notícia avançada pela TVI/CNN Portugal e pelo portal Away, na quarta-feira, de que a TAP encomendou uma nova frota de automóveis BMW para a administração e gestores, substituindo os da Peugeot.

A TAP defende que a renovação da frota automóvel permite uma poupança de 630 mil euros anuais, justificando que em causa estão 50 viaturas, para o qual foi feito um concurso ao mercado, tendo sido convidadas a participar seis entidades no mercado português.

por Agência Lusa

“É INSANO PRETENDER QUE A POLÍTICA ORÇAMENTAL SEJA A SALVADORA DE TODOS”

O coordenador da UTAO defende a relativização da inflação, sobre a qual diz existir uma “enorme histeria”, considerando que os apoios se devem concentrar nas famílias com menores rendimentos e apela para que se deixem os preços relativos funcionarem. Rui Nuno Baleiras, coordenador da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO), disse à agência Lusa que a política orçamental não pode anular o efeito da política monetária, sob pena de agravar as condições futuras. “Seria uma loucura querermos fazer em Portugal o que o Governo do Reino Unido está a fazer e já se está a perceber o caos em que se meteram. É completamente insano pretender que a política orçamental seja a salvadora de todos”, disse. Para o coordenador dos técnicos que dão apoio aos deputados, “o Estado não pode ser o salvador de toda a gente”, tem, sim, de “garantir patamares mínimos aceitáveis de coesão social, concentrar os seus apoios

redistributivos nas famílias com menores recursos, mas deixar o resto pulsar e responder aos estímulos que preços relativos mais altos criam, provocando a substituição de comportamentos”. Rui Nuno Baleiras afirma também existir “uma enorme histeria no discurso público sobre inflação”, deixando o apelo: “Temos de relativizar o problema da inflação e reduzi-lo à sua verdadeira escala”. Neste sentido, considera que tetos, por exemplo, nos preços da energia não são a estratégia mais eficaz. “Em Portugal, infelizmente, não sabemos fazer regulação económica de preços nestas condições e parece que a nível europeu também não. Passar o sinal de que não devemos continuar a apostar nas energias renováveis é um mau sinal”, considera, apontando como alternativas incentivar a formação de contratos de fornecimento de longo prazo.



por Agência Lusa

Rui Nuno Baleiras
Coordenador da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO)

Até onde?

100

PREÇO DO PEIXE SUBIU
18,62%
EM SETE MESES

CUSTO DE VIDA

ONDE E QUE VAMOS PARAR?

JÁ O PREÇO DA
CARNE AUMENTOU
17,59%

CUSTO DOS BENS
ALIMENTARES SUBIU
12,70%
ATÉ SETEMBRO

A inflação está a fazer-se sentir, de forma particular, no preço dos alimentos. Há mais de 30 anos que não se registava uma subida tão grande no valor destes bens essenciais que pesam cada vez mais nos orçamentos familiares.

Segundo dados do INE, os bens alimentares não transformados aumentaram em setembro 16,9% relativamente ao ano passado, subida que só é comparável se recuarmos 32 anos. Esta subida de preços dos alimentos está diretamente relacionada com o aumento dos preços da energia, dos fertilizantes e das rações, colocando também em evidência a forte dependência alimentar que Portugal continua a ter relativamente ao exterior, o que se tem acentuado com o conflito na Ucrânia.

Há certos alimentos que têm vindo a sofrer subidas drásticas num curto espaço de tempo. Exemplo disso é a pescada. Um quilo de pescada fresca ficou 2,25 euros mais caro em apenas uma semana, sendo que a carne e o peixe são os alimentos cujos preços têm aumentado mais desde o início da guerra. Segundo contas da DECO, "entre 23 de fevereiro e 28 de setembro, o peixe já registou um aumento de 18,62% (mais 11,23 euros)." Já a carne aumentou 17,59% (mais 5,67 euros). De acordo com a agência de proteção do

consumidor, "para comprar um quilo de lombo de porco, de frango, de febras de porco, de costeletas do lombo de porco, de bifes de peru, de carne de novilho para cozer e de perna de peru, o gasto pode agora ser, em média, de 37,91 euros". O peso dos preços dos bens alimentares tem aumentado mais em Portugal do que nos restantes países da Zona Euro, tendo em conta que, em média, e até setembro, os preços aumentaram 12,7%, o que contrasta com o nosso país, onde subiram 16,9%.

Este aumento deriva, como já foi referido, da excessiva dependência de Portugal em relação aos mercados externos para garantir as necessidades do consumo da nossa população. No início da década de 90, a autossuficiência em cereais do nosso país era de, aproximadamente, 50%, sendo que atualmente o valor não ultrapassa os 19,4%. Isto faz com que Portugal tenha de importar cerca de 80% dos cereais que consome - uma das percentagens mais baixas do mundo - colocando em causa a nossa independência.

JAN TAR

COMÍCIO
Setúbal

QUINTA DO DAVID
PINHAL NOVO

com a presença de
André Ventura

POR PORTUGAL
PELOS PORTUGUESES
WWW.PARTIDOCHEGA.PT

SEXTA-FEIRA
14 DE OUTUBRO
20H00

MARCELO CONFESSA CONTACTO A JOSÉ ORNELAS PARA LHE DIZER QUE ENVIO DE DENÚNCIA "NÃO FOI PESSOAL"

O Presidente da República assumiu que teve a iniciativa de contactar o bispo José Ornelas para lhe dizer que "não foi pessoal" a denúncia contra ele que encaminhou para o Ministério Público.

Em resposta a perguntas dos jornalistas, à saída de uma iniciativa na sede da União das Misericórdias Portuguesas, em Lisboa, Marcelo Rebelo de Sousa frisou que o seu contacto com o bispo da diocese de Leiria-Fátima, em 24 de setembro, foi posterior ao envio da denúncia para a Procuradoria-Geral da República (PGR), feito em 06 de setembro.

Segundo o chefe de Estado, quando ocorreu esse contacto entre os dois, José Ornelas já "sabia pela comunicação social há semanas que havia a investigação" do Ministério Público, embora ainda não tivessem saído notícias sobre este caso de alegado encobrimento de abusos sexuais.

Marcelo Rebelo de Sousa rejeitou que o seu contacto com o bispo que preside à Conferência Episcopal Portuguesa possa ter colocado em causa a investigação em curso: "Não, pois a Presidência comunicou para investigação, soube pela comunicação social que estava a ser investigado, que o Ministério Público estava a investigar. Não tinha nenhum problema".

O Presidente da República assumiu a iniciativa do contacto ao bispo José Ornelas, declarando: "Tomei eu a iniciativa".

E justificou desta forma o contacto com o bispo José Ornelas: "Eu senti-me na obrigação porque entretanto me chegou uma versão apresentada pela comunicação social de que teria sido uma iniciativa por ser A, B ou C. E eu disse: olhe, senhor D. José, é muito simples, isto é a regra geral que se aplica e, portanto, a comunicação social diz que foi uma coisa pessoal, não foi pessoal".

Sobre o processo de denúncia, relatou que quando lhe chegou às mãos no Palácio de Belém "despachou para o chefe da Casa Civil, sem olhar sequer para o teor da suspeita, sem ler o teor da suspeita", e mandou encaminhar para o Ministério Público, "dizendo: é uma suspeita de matéria criminal, faça-se como sempre".

por Agência Lusa



ULTRAPASSÁMOS A ÚLTIMA CRISE COM "GRANDE DIGNIDADE" GRAÇAS A PASSOS COELHO



por Agência Lusa

O antigo presidente da Comissão Europeia (CE) Durão Barros considerou, esta semana, que foi graças ao Governo PSD/CDS-PP, liderado por Passos Coelho, que Portugal conseguiu "ultrapassar com grande dignidade" a última crise económico-financeira.

"A coisa mais importante que retiro do livro é que Portugal, graças ao Governo liderado então pelo PSD, conseguiu ultrapassar esta situação [a crise económico-financeira entre 2010 e 2014] com grande dignidade", sustentou Durão Barroso, que foi primeiro-ministro português entre 2002 e 2004.

Durão Barroso intervinha na apresentação do livro "Diplomacia em Tempo de Troika", da autoria do antigo embaixador de Portugal na Alemanha Luís de Almeida Sampaio. Presidente do PSD entre 1999 e 2004, Durão Barroso acrescentou que foi devido ao executivo liderado pelo seu sucessor Pedro Passos Coelho, que percebeu "que tinha de fazer alguma coisa, que o país "nunca se pôs numa posição de humilhação perante os seus credores".

"Quando Portugal, no Governo anterior, pediu a intervenção tinha nos seus cofres 200 milhões de euros. O país estava à beira da bancarrota. Quem causou esta situação e quem a conseguiu resolver?", acrescentou, numa crítica velada ao Governo PS de José Sócrates.

Na apresentação do livro estiveram antigos ministros sociais-democratas, como Maria Luís Albuquerque e Paulo Macedo, responsáveis pela pasta das Finanças, o ex-ministro da Educação Nuno Crato, assim como outros dirigentes do PSD e antigos dirigentes centristas, como Ribeiro e Castro e Ana Rita Bessa (diretora-geral da editora LeYa).

Numa intervenção um tanto longa o presidente da CE entre 2004 e 2014 elogiou a obra produzida pelo antigo embaixador por ser um testemunho sobre "um dos momentos mais difíceis pelos quais o país passou" e uma "visão portuguesa" sobre o investimento da Alemanha no projeto europeu, já que "nada acontece na União Europeia sem a Alemanha estar de acordo".

O prefácio do livro é de Pedro Passos

Coelho, que não pôde estar presente por motivos pessoais, mas Durão Barroso enalteceu o contributo do antigo primeiro-ministro que "muito valoriza" o livro, mas que "ainda não é o livro que ele irá escrever" e que está anunciado.

"O país estava à beira da bancarrota. Quem causou esta situação e quem a conseguiu resolver?"

Na obra, o embaixador de Portugal em Berlim entre 2012 e 2015 classifica como "exigente", mas "vital", a missão de representar na Alemanha um país que tinha "batido no fundo".

"Ser embaixador de Portugal na Alemanha em tempo de troika não era certamente a

missão mais invejada entre os diplomatas", confessa Luís de Almeida Sampaio no livro de "Diplomacia em Tempo de Troika" (Ed. Dom Quixote), que será apresentado em Lisboa por José Manuel Durão Barroso.

"Portugal tinha, mais uma vez, batido no fundo do ponto de vista económico e financeiro e os alemães eram os credores do pacote de resgate que fomos recebendo acoplado a um espartano programa de ajustamento", recorda, adiantando que por essa razão a missão que iniciou em Berlim no final de março de 2012 e que durou até 2015 era "vital".

O embaixador sublinha que quer contribuir para a história de um dos períodos "mais difíceis e exigentes" da diplomacia portuguesa, mas logo no primeiro capítulo realça os objetivos que a missão se propunha cumprir.

JUÍZES FALHARAM ENTREGA OBRIGATÓRIA DA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS

A obrigação de apresentar a declaração de rendimentos não foi cumprida por 24 juízes, que já falharam duas datas para a entrega do documento, revelou o Conselho Superior da Magistratura (CSM).

"Dos 127 magistrados judiciais que não entregaram a sua declaração no final do primeiro prazo para o cumprimento desta obrigação, mantém-se o incumprimento em 24 casos", esclareceu à Lusa o órgão de gestão e disciplina dos juízes.

O primeiro prazo para os juízes submeterem a declaração esgotou-se em 31 de agosto, com o Regulamento das Obrigações Declarativas dos Magistrados Judiciais - aprovado este ano e publicado em Diário da República em 07 de

abril - a prever mais 30 dias para se "suprir a omissão, completar ou corrigir a declaração" (a ser submetida pela respetiva plataforma eletrónica), terminando, dessa forma, o prazo no final do passado mês de setembro.

Apesar de o regulamento estipular que "a não apresentação das declarações (...) é suscetível de gerar a responsabilidade disciplinar", aludindo a infrações graves ou muito graves identificadas no Estatuto dos Magistrados Judiciais, o CSM está ainda apenas a procurar falar com cada juiz para resolver as situações de incumprimento, sem deixar de apresentar diversos argumentos para as quase três dezenas de juízes que continuam sem declarar os rendimentos.



por Agência Lusa

BOLSONARO 'ELEGE' 8 SENADORES E TERÁ A MAIOR BANCADA

O partido do Presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, conseguiu eleger oito senadores dos 27 lugares que estavam em disputa na eleição de domingo e deverá iniciar 2023 com a maior bancada da câmara alta, o senado brasileiro.

Ao todo, o campo político aliado ao 'bolsonarismo' conseguiu eleger 18 senadores. No domingo foi a votos um terço do senado. Somente sete dos eleitos para o senado, segundo a imprensa local, são simpatizantes do campo político do ex-Presidente Lula da Silva.

Um dos mais proeminentes nomes é do antigo futebolista Romário, reeleito senador pelo Partido Liberal do Presidente brasileiro. O antigo jogador ganhou mais de 2,3 milhões de votos (cerca de 29%) e representará o estado do Rio de Janeiro na câmara alta durante os próximos oito anos. "Vou continuar a trabalhar, ainda mais do que tenho feito nos últimos 12 anos, para melhorar a qualidade de vida não só no Brasil, mas também para a população do meu estado. Estou muito feliz", disse Romário.

O ex-juiz Sergio Moro foi também eleito senador no Brasil no domingo com 33,57% de votos, num sufrágio em que mais de 156 milhões de brasileiros estavam aptos a votar. Moro, conhecido por atuar como juiz de primeira instância na operação Lava Jato e condenar dezenas de políticos, entre eles o candidato e ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estava atrás do candidato Álvaro Dias nas sondagens, mas conseguiu a preferência dos eleitores no estado do



Paraná, onde se candidatou.

Foram eleitos ainda o ex-astronauta e ex-ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, a ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damara Alves, a ex-ministra da Agricultura Tereza Cristina e o ex-ministro do Desenvolvimento Rogério Marinho.

Os números das eleições são à imagem de um país do tamanho de um continente: além dos 11 candidatos presidenciais, concorreram ainda 224 a governador, 243 ao senado, 10.630 a deputado federal, 16.737 a deputado estadual e 610 a deputado distrital, nos 27 estados (contando com o Distrito Federal) no país.

Dos mais de 29 mil candidatos, 1.323 procuraram a reeleição.

Com 99,99% das secções eleitorais apuradas, o candidato do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva, tinha 48,43% dos votos, contra 43,2% de Jair Bolsonaro. Em terceiro lugar, mas com apenas 4,16% dos votos, ficou a candidata Simone Tebet, enquanto o candidato Ciro Gomes ficou foi o quarto mais votado, com 3,04%.

Soraya Tronicke (0,51% dos votos), Luís Felipe D'Ávila (0,47%), Padre Kelmon (0,07%), Leonardo Pérciles (0,05%), Sofia Manzano (0,04%), Vera Lúcia (0,02%) e Eymael (0,01%) foram os restantes candidatos às presidenciais de domingo.

Mais de 156 milhões de eleitores brasileiros foram chamados às secções de voto, onde estavam instaladas 577.125 urnas eletrônicas, espalhadas por 5.570 cidades do país.

por Agência Lusa

MELONI GARANTE APOIO DE ITÁLIA NOS ESFORÇOS PARA TRAVAR PREÇOS DA ENERGIA

A vencedora das eleições em Itália, Giorgia Meloni, assegurou, terça-feira, que o próximo governo italiano vai estar firmemente empenhado nos esforços a nível da União Europeia (UE) para travar a especulação sobre os preços da energia.

"A crise energética é uma questão europeia e deve ser tratada como tal", disse Giorgia Meloni, prestes a tornar-se na primeira mulher primeira-ministra da Itália, depois do partido que lidera, o Irmãos de Itália (Fdi, na sigla em italiano), ter encabeçado a coligação que venceu as eleições gerais do mês passado.

"O Fdi e os Conservadores (europeus) entendem que o verdadeiro trabalho da UE deve ser gerir os grandes desafios continentais que são difíceis de enfrentar para cada um dos Estados-Membros", escreveu na rede social Facebook.

"As ações de cada Estado que procuram explorar os pontos fortes desses países correm o risco de interferir na competitividade das empresas e criar distorções no mercado único europeu", acrescentou, referindo-se ao plano de 200 mil milhões de euros anunciado pela Alemanha para suavizar o impacto

do aumento dos preços da energia naquele país.

"Apoiaremos qualquer ação destinada a combater a especulação e aumentos injustificados do custo da energia e apoiaremos iniciativas comuns de ajuda concreta às famílias e às empresas", prometeu a provável futura chefe do executivo italiano. Meloni está a organizar uma série de reuniões para preparar a sua futura equipa governamental. O partido de Giorgia Meloni venceu as eleições com 26 por cento dos votos, e a coligação que lidera obteve uma maioria clara no parlamento, segundo resultados finais.

A Liga, de Matteo Salvini, conseguiu 8,8% dos votos (contra 13% em 2018), e a Força Itália, do ex-primeiro-ministro Silvio Berlusconi, 8,1% (14% em 2018), de acordo com os números do Ministério do Interior.

Assim, a coligação destes três partidos e de uma formação mais pequena com menos de 01% obteve 43,8% dos votos.

Estes resultados da coligação liderada por Meloni traduzem-se em 237 dos 400 lugares na Câmara dos Deputados, e em 115 dos 200 lugares no Senado.



por Agência Lusa

15 COREIA DO NORTE LANÇA MAIS DOIS MÍSSEIS BALÍSTICOS DE CURTO ALCANCE

A Coreia do Norte lançou mais dois mísseis balísticos de curto alcance, em direção às suas águas, depois de os Estados Unidos terem destacado um porta-aviões para perto da península coreana.



O destacamento do porta-aviões norte-americano surgiu em resposta ao anterior lançamento por parte de Pyongyang de um míssil de capacidade nuclear sobre o Japão. Os últimos lançamentos de mísseis sugerem que o líder norte-coreano, Kim Jong-un está determinado a continuar com os testes de armas destinados a impulsionar o seu arsenal nuclear, desafiando as sanções internacionais. Muitos especialistas dizem que o objetivo de Kim é acabar por ganhar o reconhecimento dos EUA como Estado nuclear legítimo e o levantamento dessas sanções, embora a comunidade internacional não tenha mostrado sinais de permitir que isso aconteça.

Os últimos mísseis foram lançados com 22 minutos de diferença, caindo entre a península coreana e o Japão, disse o chefe do Estado-Maior Conjunto da Coreia do Sul em comunicado.

Os detalhes do voo foram semelhantes às avaliações japonesas anunciadas pelo ministro da Defesa, Yasukazu Hamada, que confirmou que os mísseis não atingiram a zona económica exclusiva do Japão.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros da Coreia do Norte admitiu que os recentes lançamentos de mísseis balísticos de Pyongyang são "medidas de retaliação" contra os exercícios militares conjuntos conduzidos por Seul e Washington na região.

Na quarta-feira, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Rússia e a China demarcaram-se de uma condenação geral ao teste com um míssil balístico realizado pela Coreia do Norte e que sobrevoou o território do Japão.

Parte dos países pediu ainda medidas adicionais contra o Governo de Pyongyang, que já está sujeito a fortes sanções internacionais. Porém, a imposição de novas sanções parece impossível devido à posição da Rússia e da China que, em maio, já vetaram uma resolução nesse sentido, tendo mantido a mesma linha de orientação.

Moscou e Pequim culpam os Estados Unidos e os seus aliados pelos últimos testes de armas realizados pela Coreia do Norte, afirmando que estes foram realizados em resposta às suas manobras militares na região. Os dois países insistiram que é Washington que deve fazer concessões para facilitar o regresso ao diálogo com Pyongyang e que não consideram apropriadas novas sanções.

por Agência Lusa

CERCA DE SESSENTA RELIGIOSOS EXPULSOS DA NICARÁGUA

Pelo menos 60 religiosos da Igreja Católica saíram ou foram expulsos da Nicarágua desde abril de 2018, no contexto da crise sociopolítica, informou na quarta-feira o Coletivo de Direitos Humanos Nicarágua Nunca Mais. "Contamos mais de 60 religiosos que foram deslocados, privados do passaporte, da nacionalidade, da residência, impedidos de entrar na Nicarágua, ou que decidiram exilar-se", disse à agência de notícias Efe o advogado do Yader Valdivia, um dos responsáveis pela documentação destes casos naquela organização.

A informação foi tornada pública por esta organização humanitária, constituída por ativistas nicaraguenses exilados na Costa Rica, num relatório sobre a situação de presos políticos, ilegalização de organizações não-governamentais (ONG) e "violência e perseguição brutal por parte do Estado contra a Igreja Católica".

A ONG observou que "a deslocação forçada de grupos religiosos é um padrão generalizado a nível nacional".

"É uma das medidas tomadas pelo regime



para silenciar as últimas vozes organizadas legítimas que existem na Nicarágua, como a Igreja Católica. O regime foi contra os 'media', contra as organizações de direitos humanos, contra os ativistas, a Igreja, os artistas", afirmou. Na Nicarágua, a Igreja Católica também denunciou os ataques às suas igrejas e o encerramento de uma dúzia de meios de comunicação social.

por Agência Lusa